



Judicialização da Previdência

Diagnóstico e ações para a redução dos litígios e gastos públicos decorrentes da excessiva judicialização da matéria

**Adler Anaximandro – Procurador Federal
Procurador-Geral do INSS**

Os maiores das Américas

1º



Estados Unidos
325 milhões

2º



Brasil
208 milhões

3º



México
121 milhões

4º



INSS
90 milhões

Tamanho relativo da Folha de pagamentos



Canadá
36,7 milhões
População



INSS
35 milhões
Folha de pagamentos

TCU: Acórdão 2894/17

Grandes números da judicialização de benefícios do INSS

R\$ 92 BILHÕES

Pagos em 2017 (benefícios mantidos, RPV e precatórios)

R\$ 4,6 BILHÕES

Gastos com a instrução dos processos judiciais pelos atores envolvidos (JF, PGF, INSS e DPU)

3,8 MILHÕES

Benefícios mantidos por decisão judicial na folha de pagamento do INSS em dezembro de 2017

8.784.169	Requerimentos administrativos analisados pelo INSS
4.836.076	Benefícios concedidos por decisão administrativa do INSS
1.411.571	Novos processos judiciais, em 2016, cujo assunto foi classificado como Direito Previdenciário, na 1ª instância da Justiça Estadual e Federal (rito ordinário e JEF)
598.588	Concessões, revisões e reativações de benefícios por decisão judicial
99.256	Benefícios previdenciários e assistenciais concedidos sem a realização de perícia por força de ACP (2014 a 2016)
15.889	Membros e servidores (JF, PGF, INSS e DPU) atuando nos processos judiciais cujos temas são benefícios previdenciário ou assistencial
R\$ 9 milhões	Em multas aplicadas ao INSS pela demora no cumprimento de decisões judiciais em 2016
R\$ 3.734	Custo médio estimado do julgamento de um processo judicial previdenciário na 1ª instância da Justiça Federal em 2016
R\$ 894	Custo médio estimado de um requerimento administrativo de um benefício previdenciário em 2016

Ações Judiciais



PROCESSOS JUDICIAIS CADASTRADOS

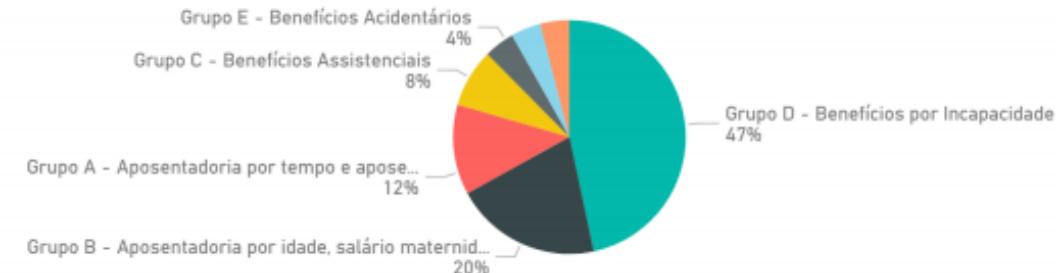
| INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

2018

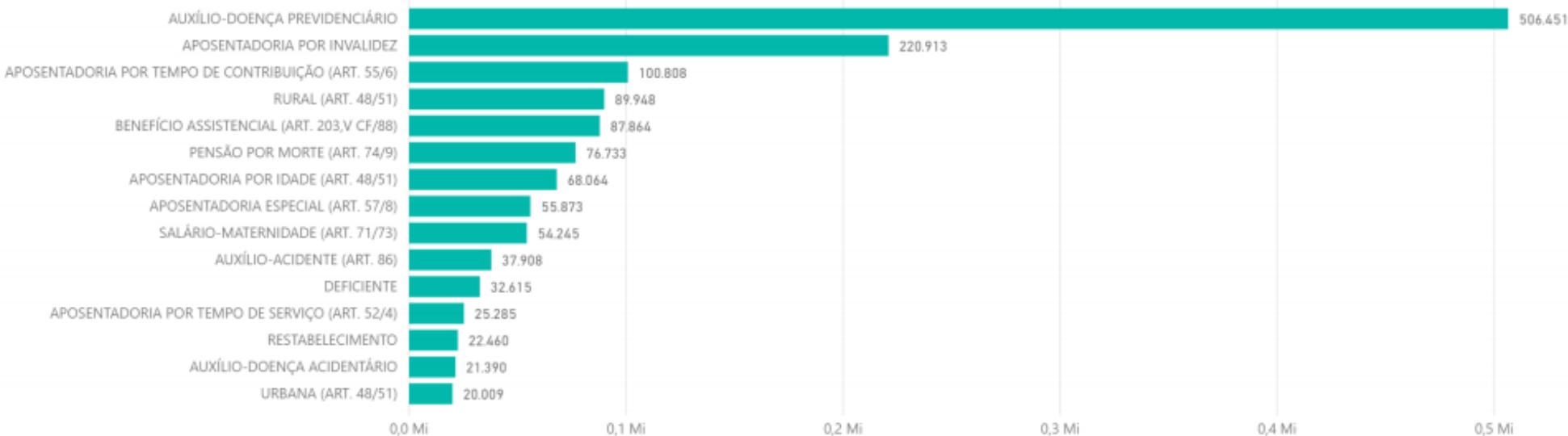
1.626.012

Total de processos

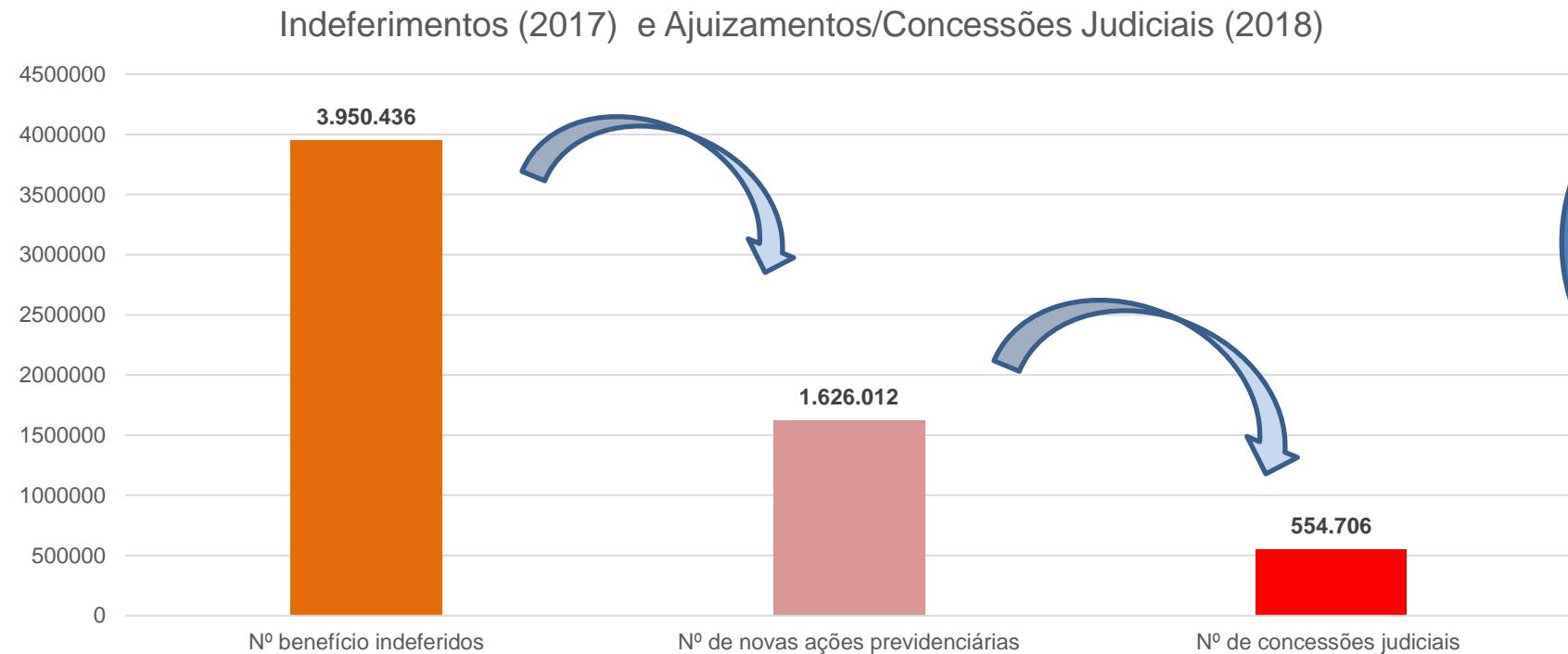
Processos por Grupo - Previdência e Assistência Social



Processos por Assunto



Fotografia da Litigiosidade – 2017/2018

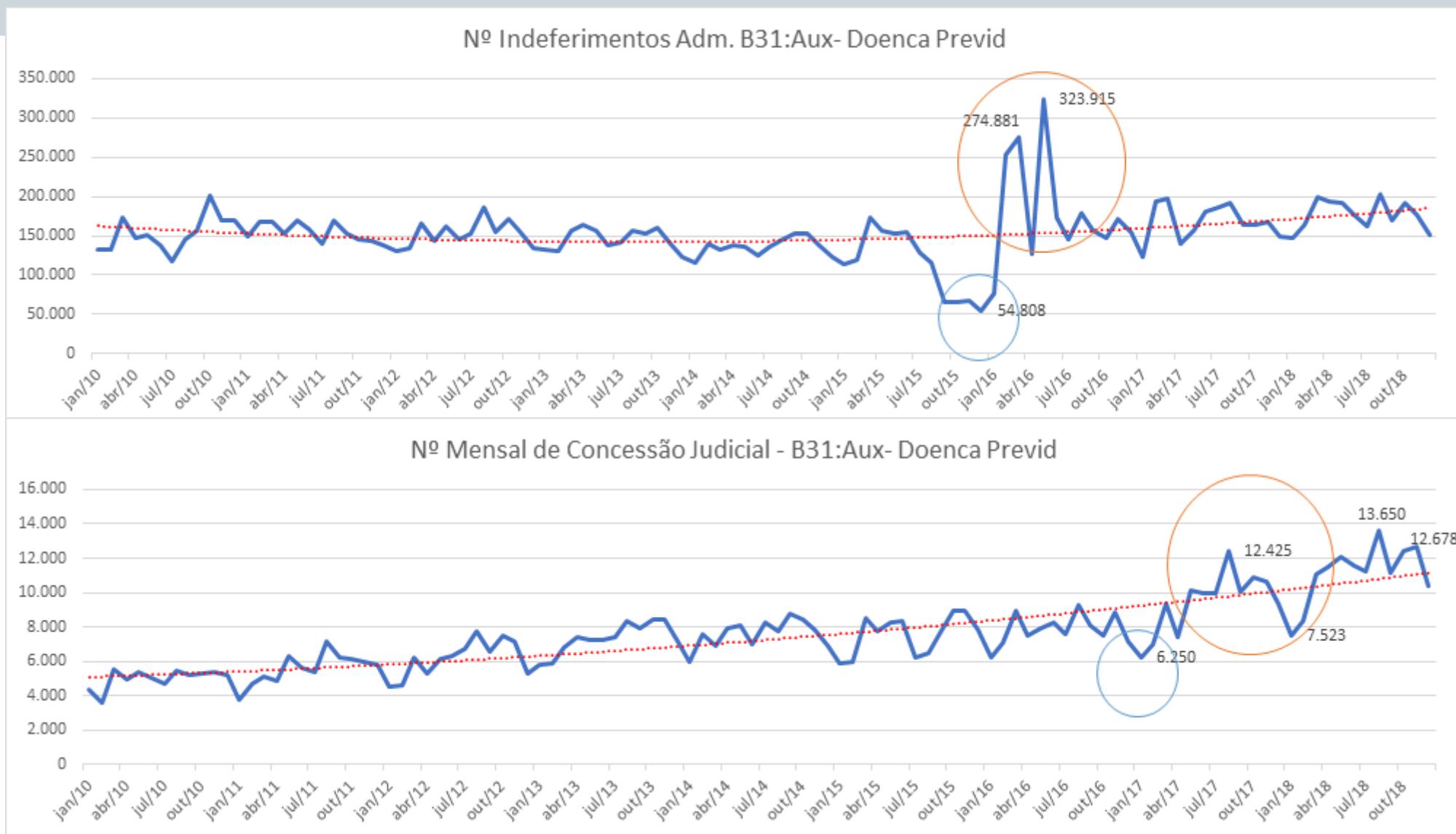


66% de
manutenção
das decisão
do INSS
questionadas

41% dos
Indeferimentos
se convertem
em ação
judicial

34% das
Ações levam a
uma
concessão
judicial

Tempo médio entre indeferimento e concessão



Importância da Desjudicialização para o país

- 307 Ações Civis Públicas (21% de abrangência nacional e 79% de abrangência local)
- Maior demandado da Justiça Brasileira (Federal + Estadual + Trabalho + Eleitoral + Militar)
- Dentre os 100 maiores litigantes, 22% dos processos envolvem o INSS (maior do que a soma dos da União, Caixa e Banco do Brasil)
- Dentre os 100 maiores litigantes na Justiça Federal, 43% dos processos envolvem o INSS
- 57% de todos os novos processos da Justiça Federal envolviam matéria previdenciária
- No mínimo, cerca de 50% das ações são “desnecessárias”**
- Gestão da Previdência está “saindo” da mão da autarquia**
- Custos altíssimos de manutenção do sistema judicial previdenciário**

TCU: Acórdão 2894/17

Custo operacional do Sistema de Judicialização Exercício de 2016



1.132 (60%) magistrados e
10.777 (38%) servidores da JF



R\$ 3,3 bilhões



1.670 (54%) procuradores da
PGF



R\$ 774 milhões

2.180 (6%) servidores do INSS



R\$ 522 milhões

140 (23%) defensores públicos



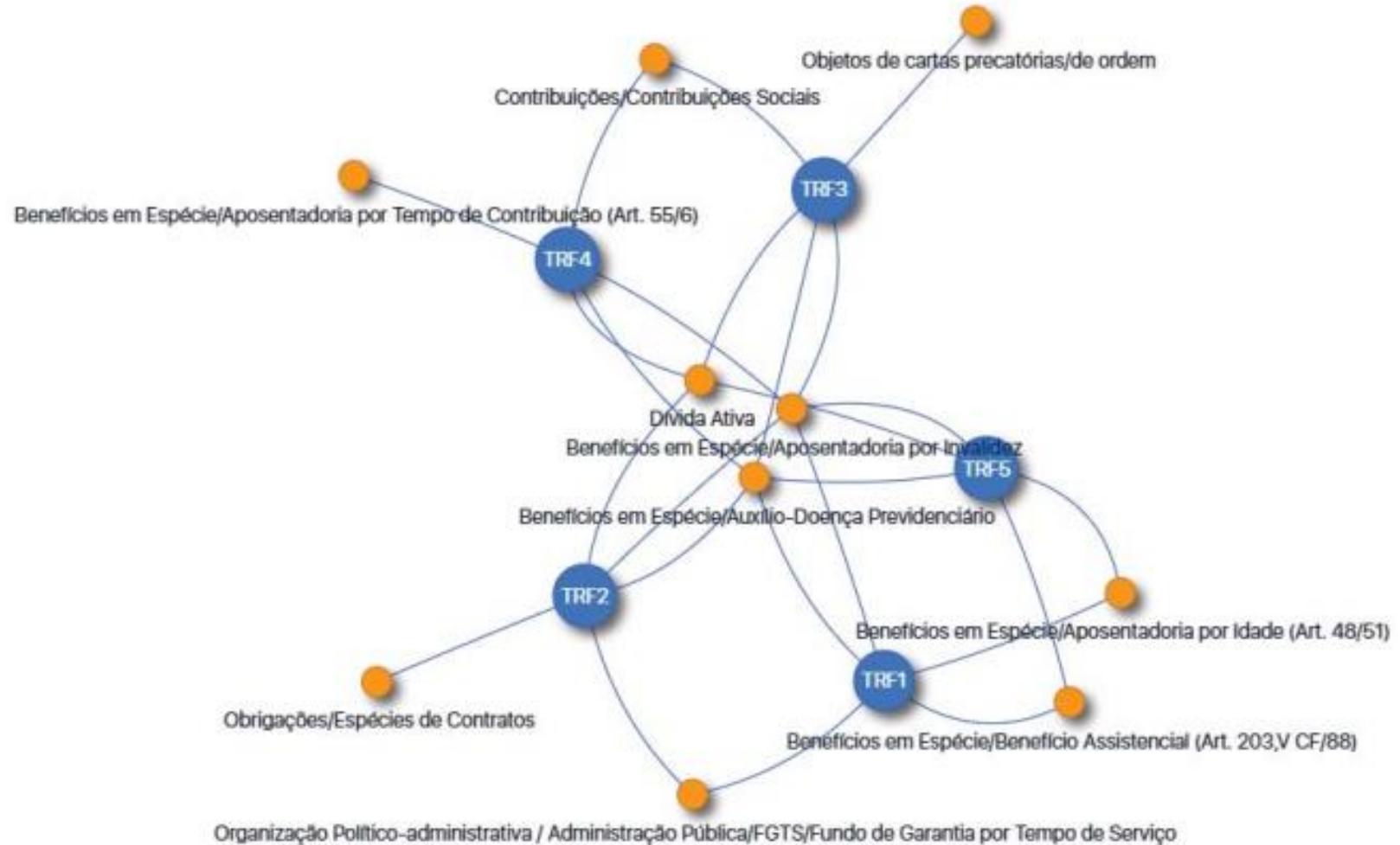
R\$ 58 milhões

15.889 membros e
servidores

R\$ 4,6 bilhões

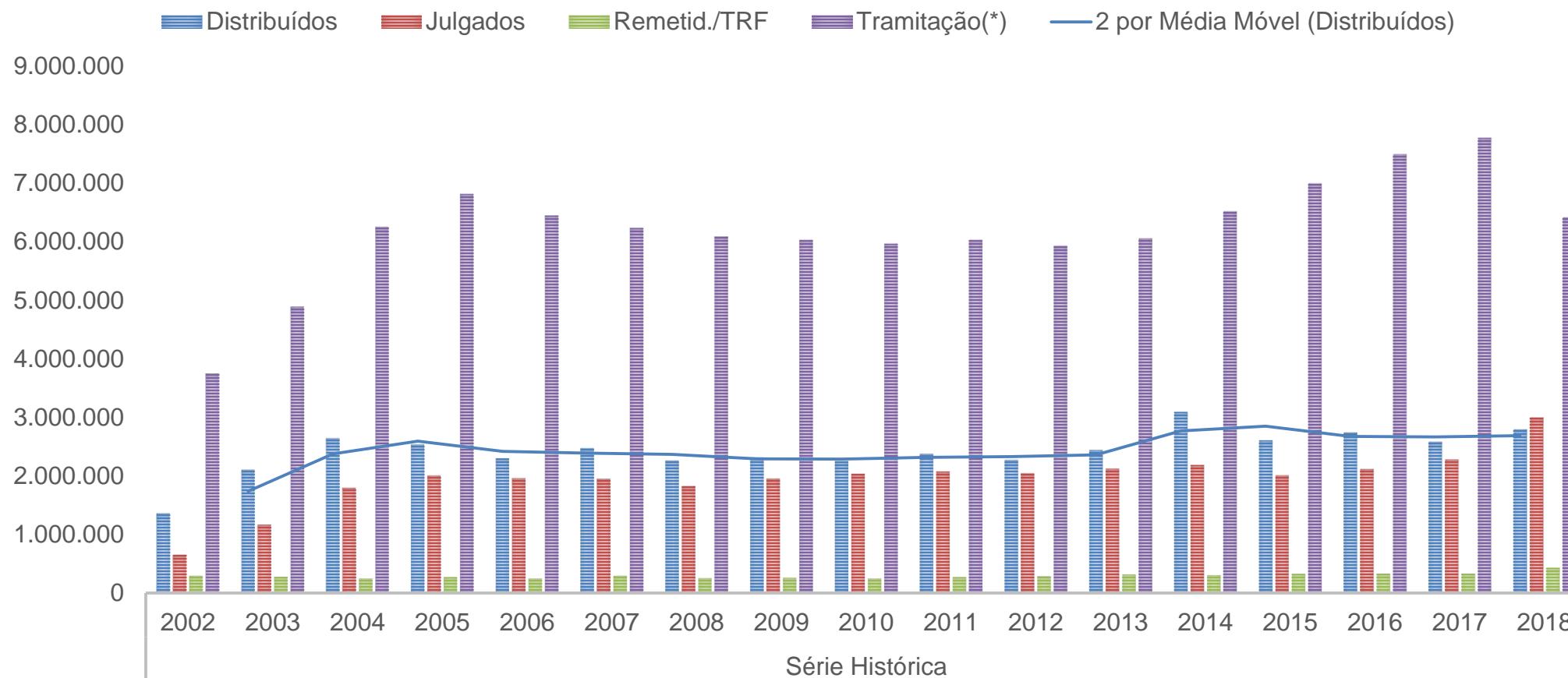
“Na Justiça Federal o tema central é Benefícios em Espécie/ Aposentadoria por Invalidez e Benefícios em Espécie/ Auxílio-Doença Previdenciário, ambos recorrentes nos cinco TRFs. O assunto dívida ativa consta em três tribunais.”
Justiça em Números – Ed. 2018

Figura 166: Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Federal, em 2017



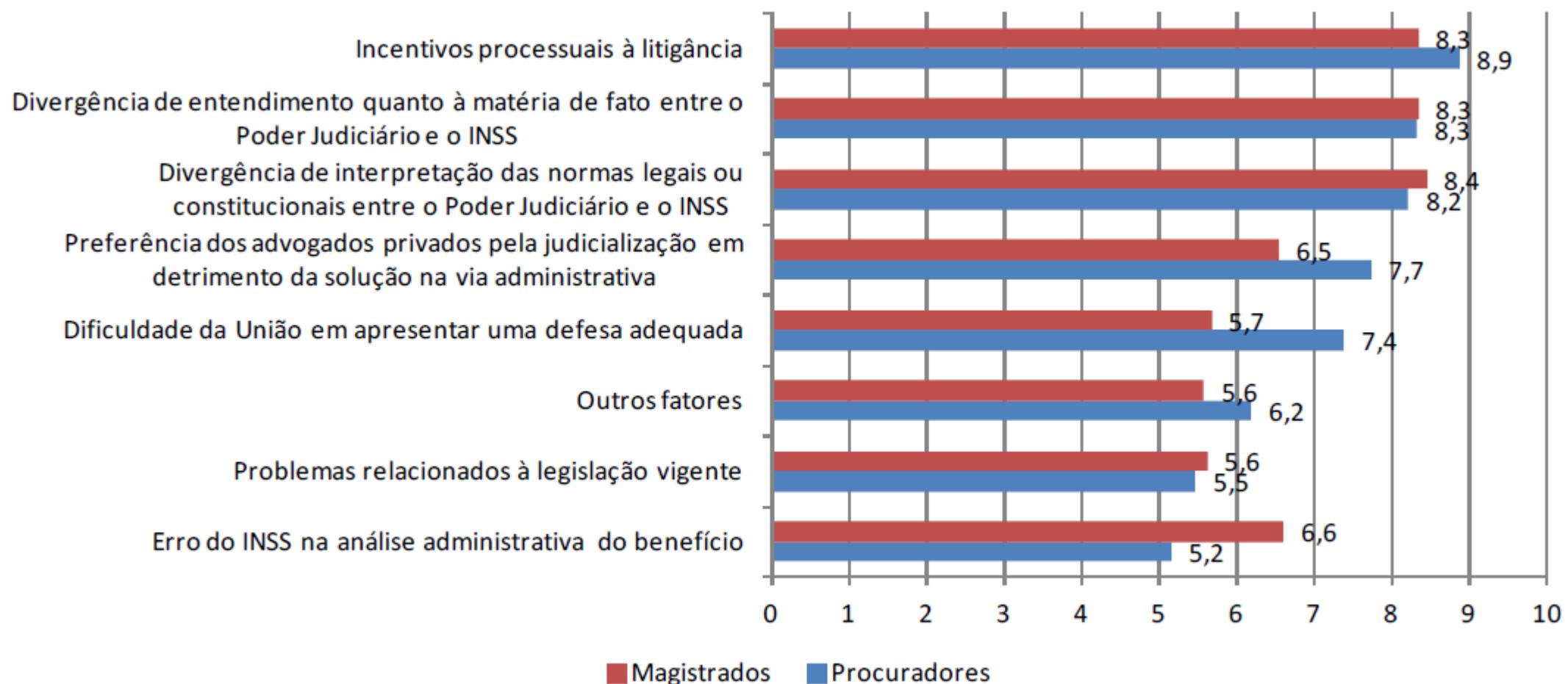
Dados e a dimensão do problema

PROCESSOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA FEDERAL - COMUM E JEF



Fonte: CJF (apudi in <https://daleth.cjf.jus.br/atlas/internet/MovimProcessualJFINTERNETTABELAS.htm>)

TCU (Acórdão 2894/17): Pesquisa “Causas da litigiosidade”



Gestão baseada em dados e resultados

Redefinição de indicadores de gestão: **chave passa ser CPF**

- ✓ Índice de Judicialização da Previdência:
 - ✓ IJP= nº de requerimentos indeferidos/nº de requerimentos judicializados
- ✓ Índice de Concessão Judicial Aplicado:
 - ✓ ICJ-A= nº de requerimentos judicializados/nº de benefícios implantados por decisão judicial
- ✓ Índice de Reversão Judicial:
 - ✓ IRJ= nº de NB's concedidos judicialmente/nº de NB's cessados judicialmente
- ✓ Índice de Composição de Litígios :
 - ✓ ICL = Nº de requerimentos judicializados/nº de acordos homologados
- ✓ ICJ Extratificado:
 - ✓ Nº de concessões judiciais por espécie de benefício, por Estado
- ✓ Índice Desempenho do Contencioso: % vitória absoluta - % derrota absoluta (improcedência) - % homologatórias de acordos (Ex: ETR-BI, mas com fonte de dados da Tabela de Movimentos do CNJ)



Favoritos Explorar

Página Inicial > PGF > ETRs-BI > ETR-BI2018

Arquivo ▾ Exibir ▾ Explorar ▾ Atualizar

Propostas de Acordo

116.595

Percentual de Aceitação

61,11%

Sentenças Homologatórias

71.255

Total de Sentenças

352.276

Sentenças Favoráveis

209.033

Sentenças Desfavoráveis

71.988

Economia (R\$ milhões)

R\$3,76 Bi

Recursos

24.578

Percentual de Recursos

6,98%

% Recursos em Sentenças Desfav

34,14%

% Sentenças Favoráveis

59,34%

% Sentenças Homologatórias

20,23%

% Sentenças Desfavoráveis

20,44%



Limpar filtros



Ano

2017 2018 2019

Taxa de Sucesso Judicial no período selecionado

Taxa de Sucesso Judicial em Março/2019

Período

01/01/2018 31/12/2018

Órgão Central

PGF



Unidade

remoto

- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO
- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO
- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO
- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO
- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO
- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO
- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO
- EQUIPE DE TRABALHO REMOTO

Setor (SGCT)

Todos

Gráfico Geral

Gráfico de Dispersão

Dados Detalhados

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

77,1%

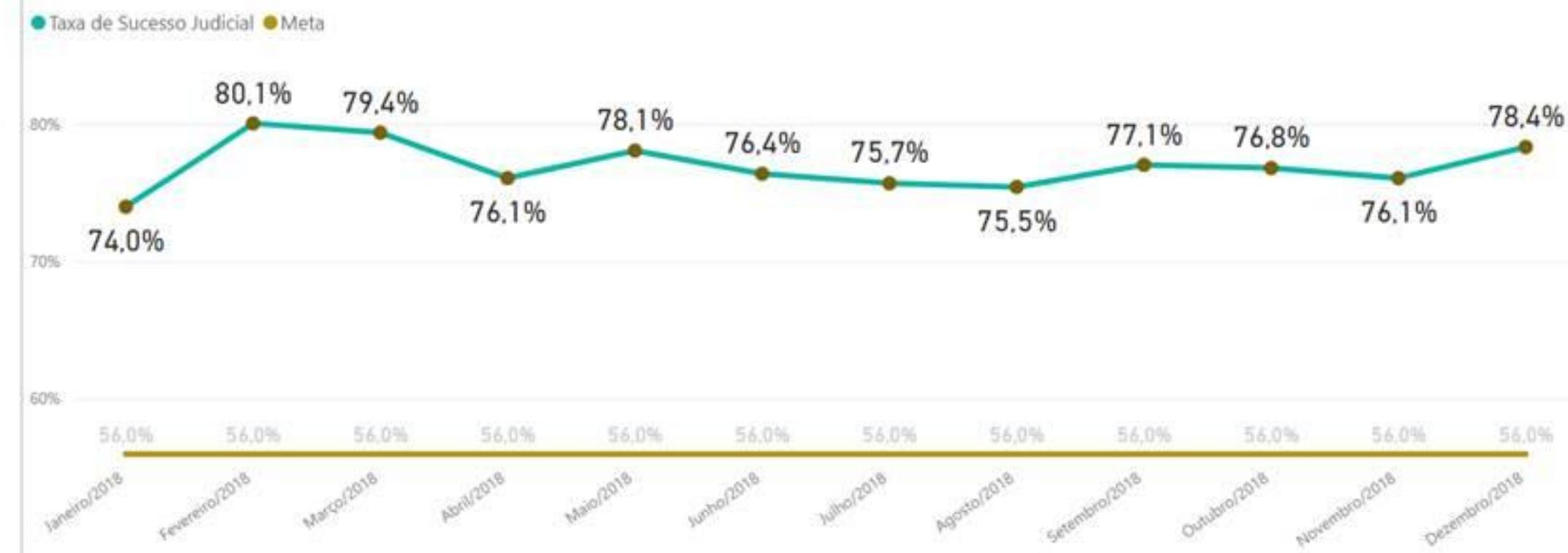
56,0%

257.439

79,7%

Meta

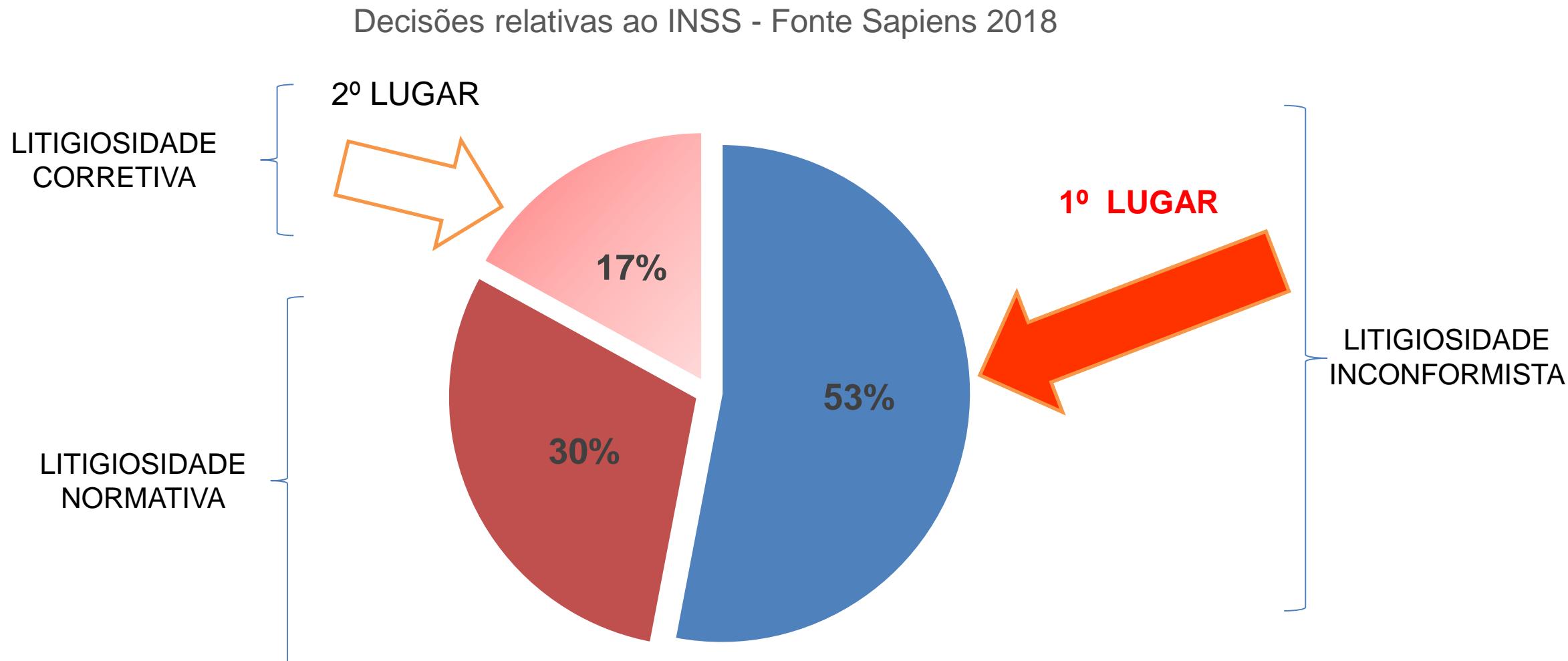
Decisões Judiciais



EIDP: Campo de Atuação



Qual seria o campo de ação de uma Estratégia?



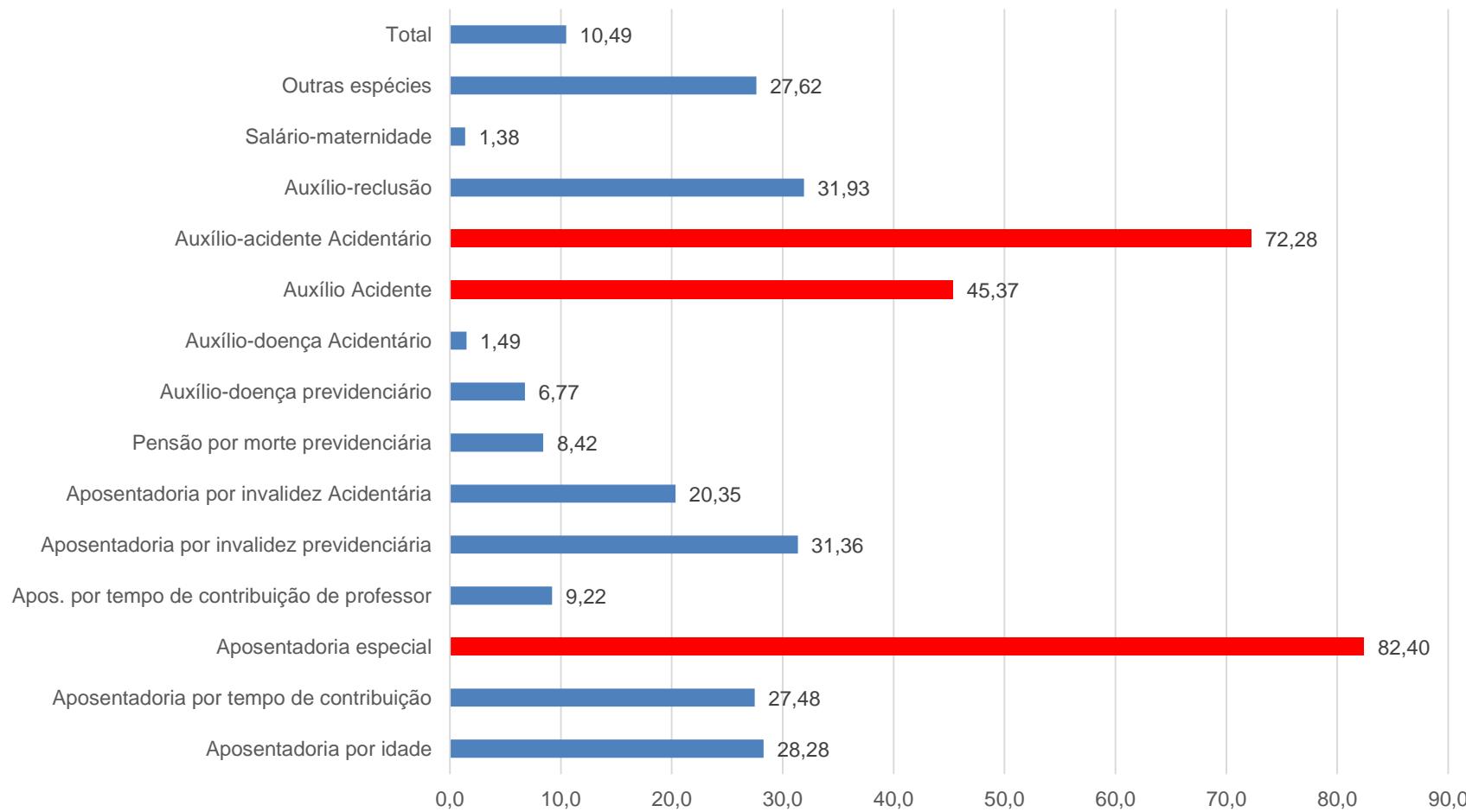
■ Decisões Favoráveis

■ Decisões Desfavoráveis

■ Decisões Homologatórias de Acordo

Índice de Concessão Judicial

Índice de Concessão Judicial (%)
Ref. maio/2019



EIDP: Esferas de Ação nas causas onde o INSS é sucumbente

Campo prático.
Possibilidade de acordos. Necessidade de reforçar importância de rever eventuais erros administrativos

AÇÕES CONTRÁRIA ÀOS ATOS CONCRETOS DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA E SEUS POSSÍVEIS VÍCIOS

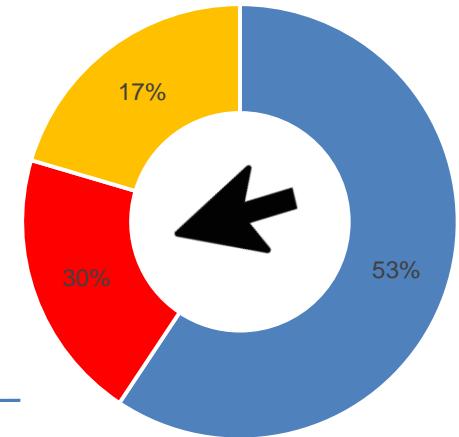
Campo intermediário.
Grande chance de coletivização.
Possibilidade residual de composição judicial.

AÇÕES CONTRA PARÂMETROS DA POLÍTICA PÚBLICA

AÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA PÚBLICA

PODER LEGISLATIVO

Bússola de Atuação



Questão de separação de Poderes.
Atuação mais intransigente.
Remota possibilidade de composição.

Para debater a Desjudicialização da previdência...

- Importante definir os papéis e responsabilidades com todos os atores
- Fundamental entender que o INSS não é a causa principal de grande parte das ações existir;
- Tomada de decisão precisa ser baseada em dados;
- Estímulo à integração e desenvolvimento de ferramentas de TI e painéis de indicadores;
- Foco em mapear pontos de conflito e ter soluções estruturadas para cada item mapeado;

EIDP: Mapeamento de Potenciais Pontos de Conflitos (PPC)

PPC 01

BENEFÍCIO POR
INCAPACIDE

PPC 02

RURAL

PPC 03

TEMPO
ESPECIAL

PPC 04

ATENDIMENTO E
DESPACHO DO
REQUERIMENTO
(ERROS)

PPC 05

MASSIVIDADE DA
TEMÁTICA

PPC 06

FALTA DE
MECANISMOS DE
COMPOSIÇÃO
EXTRAJUDICIAL

ENDPrev: Mapeamento de Potenciais Pontos de Conflitos:(PPC)

PPC 07

POUCA
INTEROPERAB. E
INTEGRAÇÃO DE
SISTEMAS

PPC 08

CRISE
ECONÔMICA E
DO MERCADO DE
TRABALHO

PPC 09

ESTÍMULOS À
LITIGÂNCIA

PPC 10

FLUXO
PROCESSUAL E
DILAÇÃO
PROBATÓRIA

PPC 11

CUMPRIMENTO
DE DECISÕES
JUDICIAIS

PPC 12

CÁLCULOS E
PAGAMENTOS
JUDICIAIS

Obrigado!

Adler Anaximandro de Cruz e Alves
Procurador-Geral do INSS
adler.alves@agu.gov.br



INSS
INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL